

A CONDIÇÃO FEMININA: UMA BREVE RETROPECTIVA HISTÓRICA

Ao falarmos sobre a condição feminina é necessário traçar um panorama de como tem sido a vida das mulheres na sociedade desde os tempos remotos, numa tentativa de entendermos seus papéis na história e identificarmos em que momento as relações de poder se configuraram em desvantagem para essas.

Segundo Zuleika Alambert (2004 , p. 27),

“Na aurora da humanidade não podemos falar na existência de desigualdades entre o homem e a mulher. Naquele tempo, não existiam povos, nem Estados separados; os seres humanos viviam em pequenos grupos (hordas) e, depois em famílias e tribos. (...) os seres humanos tinham que se manter agregados, solidários entre si, para sobreviver e se defender dos animais ferozes e das intempéries. Quem se marginalizava percia. Logo, não havia uma superioridade cultural entre homens e mulheres.”

A autora destaca que o primeiro passo na evolução da sociedade humana, aconteceu a partir da formação das genes comunitárias, que se constituíam de grandes uniões de grupos humanos vinculados por parentesco, que se dividiram em clãs.

Nesse tipo de organização,

“a mulher (...) trabalhava a terra, domesticava animais, cuidava das crianças, velhos e doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, preparar unguentos, poções, enquanto o homem ia à caça de alimentos” .(Ibid.,p.27).

Estávamos na pré-história e homens e mulheres viviam em harmonia. Reinavam as Deusas. O papel das mulheres era destacado, embora não fossem detentoras de mais poder que os homens. Viviam em regime de parceria com o sexo oposto. Nesse período, época em que a agricultura era a principal atividade da humanidade, acreditava-se que a mulher tinha poder mágico, o dom da vida, sua fecundidade fazia a fertilidade dos campos. Havia, portanto, uma associação

entre a mulher e a agricultura. Nessa época, homens e mulheres eram nômades e caçadores.

Segundo Alambert, esses tipos de sociedades igualitárias são pouco conhecidos, porque os homens desconsideraram as mulheres na construção da história da humanidade e não se detiveram na pesquisa desse período. Para entender a história da mulher é necessário considerar exatamente esse fato e estabelecer contraponto, com textos em que elas falam de si mesmas.

No dizer de Rocha-Coutinho (1994, p. 15),

“Faz-se necessário remover a mulher da posição de obscuridade em que ela se tem mantido por séculos nos livros e compêndios tradicionais de história. Afinal sem ela a história mesmo como tem sido escrita em seu sentido mais amplo e convencional, fica incompleta e, inevitavelmente, incorreta.”

Alguns autores identificam que a invenção do arado, que veio substituir a enxada primitiva utilizada pela mulher, abriu o caminho para o início do patriarcado, considerando-se ser este, o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 2004). O arado, por ser mais pesado, precisava da tração animal e da força do homem para dar direção ao seu movimento de arar a terra. Naquele momento o trabalho do homem passou a ser mais valorizado.

Para poder arar a terra, os grupamentos humanos tornaram-se sedentários. Dividiram a terra e formaram as primeiras plantações. Começaram a se estabelecer as primeiras aldeias, depois as cidades, as cidades-estado, os primeiros Estados e os impérios. Já não eram mais os princípios feminino e masculino que governavam juntos o mundo, mas, sim, a lei do mais forte.

Johnsom, citado por Saffioti (2004), atribui a mudança da sociedade igualitária para as sociedades de hoje, à produção de excedente econômico e à descoberta de que o homem era necessário para engendrar nova vida, o que era desconhecido na sociedade de caça e coleta e que dava um poder maior às mulheres, consideradas seres mágicos, devido à capacidade de dar à luz, presumivelmente sozinhas. Outra autora, Gerda Lerner, também citada por Saffioti (2004) desprezando o fato da produção excedente, diz que o conhecimento da participação masculina na reprodução humana dá mais poder aos

homens e abre caminho para a implantação de um regime de exploração-dominação sobre as mulheres.

Ao se descobrir participante na reprodução da espécie, ou ainda na antropoprodução¹, o homem passa a atribuir a si próprio o papel primordial. Sentindo-se detentor do controle populacional da espécie humana, cria um problema demográfico. Nesse contexto, quanto mais filhos, mais soldados e mais mão-de-obra barata para arar a terra.

Segundo Guido Mansuelli,

“A superpopulação favorecida pela acumulação dos recursos cria à sua volta a necessidade de terras novas e sem dúvida travavam-se combates entre comunidades pela posse dos territórios. A pilhagem e a conquista tornaram-se meios de aquisição mais rendosos ainda do que o comércio da agricultura.” (D’Eaubonne, p. 27)

No momento em que a sociedade comunal primitiva entra em desagregação, devido ao desenvolvimento da técnica, gerando a acumulação nas mãos de alguns e o surgimento do comércio, surgem os dominados e os dominadores.

“(…) desde os tempos mais remotos até nossos dias, verificamos que, à medida em que se desenvolveram os meios de controle e aproveitamento da natureza, com a descoberta, a invenção e o aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho e de defesa, a sociedade simples foi-se tornando cada vez mais complexa. Grupos foram-se constituindo dentro da sociedade, para executar tarefas específicas, chegando a um pluralismo social extremamente complexo.” (Dallari, 2001, p.20)

Com o desaparecimento da igualdade existente nos clãs, surge a necessidade de garantir a transmissão da herança a mãos legítimas e daí a vigilância dos homens sobre as mulheres para terem certeza da sua prole².

Edgar Morin, citado por Oliveira (1999), “sugere que a afirmação da superioridade masculina coincide com o nascimento da família enquanto microestrutura social”.

¹ Antropoprodução consiste na produção de seres humanos, ou seja, na sua reprodução não apenas biológica, mas também social. (Saffioti, 2004, p.59)

² “Um dos elementos nucleares do patriarcado, consiste no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa ao marido”. (Ibid, p. 49)

2.1

A condição feminina na Idade Média.

Também na Idade Média, período da história da humanidade em que predominavam os valores éticos cristãos e o ideal da guerra, a mulher tinha seu papel definido e baseado em estereótipos que reforçavam sua presença restrita ao espaço doméstico e às tarefas do lar. Segundo Macedo (2002), era atribuído o símbolo da roca à mulher, ou seja, um símbolo de uma atividade na vida privada. Já ao homem, o símbolo da espada, denotando virilidade, força e violência, sugerindo as atividades no campo de batalha.

Em Roma, elas foram excluídas das funções públicas. Tendo suas relações limitadas à “domus” (casa), eram submetidas ao poder do homem dentro da família, já que esta era sempre governada pelo pai, marido ou o sogro.

Juridicamente eram consideradas incapazes e só podiam requerer em justiça quando o direito fosse estritamente de seu interesse. Na Europa Ocidental, apenas entre os Celtas havia equiparação jurídica entre homens e mulheres e estas tinham liberdade de escolher o parceiro e de solicitar a ruptura matrimonial, caso não estivessem satisfeitas, se bem que o grau de independência era equivalente ao grupo social que pertencia. A esposa cuja família de origem era tão abastada quanto a do marido, vivia em completa igualdade com o mesmo, quando era superior, ela era a chefe da família, porém se inferior, seus direitos eram bem reduzidos.

Entre os povos germânicos, que deram origem aos reinos bárbaros antes do século I d.C., algumas mulheres eram veneradas, consideradas dotadas do poder de adivinhação e da capacidade de praticar sortilégios. Entre os séculos V e VII, seu valor era proporcional a sua capacidade de gerar filhos³.

Entre o povo Lombardo, no século VII, o código de Leis mais antigo de que se tem notícia, o *Edito de Rotari* (Edito de Rotário), continha parte de seus

³ (...) o valor da indenização paga pelos danos causados a uma pessoa, embora tanto para o homem como para a mulher livres, fosse de duzentos soldos, aumentava na seguinte ordem : de seiscentos soldos se a mulher estivesse na idade de gerar filhos; e de oitocentos soldos se estivesse grávida.(Macedo, 2002)

dispositivos relacionados direta ou indiretamente à mulher. Em sua maioria, tratava da regulamentação dos direitos na realização do casamento e da separação entre os casais, bem como das ações cometidas ou sofridas pelas mulheres que comprometessem ou trouxessem instabilidade à constituição familiar. O artigo 204 explicita:

“A nenhuma mulher livre habitante do nosso reino e governada pela Lei dos Lombardos seja permitido viver de acordo com a sua vontade, como *selpmundia*, mas que permaneça sob o poder de um homem ou do rei. Não poderá vender ou dar nenhum dos seus bens móveis ou imóveis sem a autorização daquele que detém o seu *mundio*.” (Macedo, 2002, p. 18,19)

Nessa época, até o século X, a composição familiar, é definida por pesquisadores, como uma ampla rede de ligações, englobando filiações biológicas e alianças, não só na aristocracia feudal, como nas camadas mais simples. O parentesco era definido em linha horizontal - parentes consanguíneos e parentes por aliança até duas ou três gerações. Tendo sofrido transformações, entre os séculos X e XI foi substituído e passou a ser definido em linha vertical - a linhagem, em que as relações eram ordenadas por uma descendência direta.

Nesse tipo de ordenamento familiar, as mulheres eram totalmente excluídas da sucessão de bens. Quando filhas, não tinham direito à herança e quando viúvas, manteriam a posse apenas dos bens doados pelo pai quando do matrimônio e daqueles doados pelo marido, na mesma ocasião, como contradote.

O casamento era um pacto entre famílias e obedeciam a interesses “dos homens”, é claro. Estes eram sempre a referência das mulheres que eram personificadas como: filhas de...; irmã de...; esposa de...

Como em todas as épocas, existiram aquelas que “transgrediram” as normas e Macedo (2002), refere-se a algumas que o fizeram entre os anos de 1140 e 1282, pagando somas aos funcionários do rei para poder escolher o marido. Poucas podiam “transgredir”, “já que muito poucas tinham condições de desembolsar tais somas”. (Ibid, p. 22).

Um fato sempre despertou nossa curiosidade: o número de mulheres que eram enclausuradas nos conventos. Se pensávamos que sofriam de algum “mal de

amor” ou que tinham desobedecido ao seu “senhor”, pasmem! Macedo (2002, p.22), nos diz:

“Quando o valor do dote colocava em perigo a estabilidade do patrimônio familiar, a fim de diminuir o número de prováveis casamentos, os pais ou os chefes da casa enviavam as jovens aos mosteiros para que se tornassem freiras.(...) a diminuição de solteiras aptas ao matrimônio protegia os bens, já que não haveria necessidade de dotá-las para o casamento. (...) Assim, de todos os lados, os processos de transmissão de bens determinaram o destino das mulheres”.

A continuidade e os interesses da linhagem sempre se sobrepunham aos pessoais, sendo esse o objetivo mais importante do matrimônio. Sendo assim, muitas mulheres foram abandonadas e repudiadas por não terem gerado filhos.

Inicialmente o casamento era realizado no ambiente doméstico e privado, sendo o pai da noiva o oficiante da cerimônia. Mais tarde, a Igreja Católica começa a pressionar seus fiéis para que a cerimônia seja realizada em público e na presença de um padre. Adquire então um caráter sacralizado. Essa intervenção da Igreja tem a intenção de tornar a união um veículo de controle do comportamento da sociedade. Segundo Macedo (2002), não deveria ser usado para a luxúria, mas pelo desejo da procriação. As mulheres deveriam manter-se virgens até as núpcias.

Na ótica dos clérigos, na relação conjugal cabia ao homem a direção e a mulher a submissão.

A moral cristã considerava o prazer, pecaminoso, pois mantinha o espírito prisioneiro do corpo e, portanto, longe de Deus. A mulher era considerada inferior pela sua fraqueza ante os “perigos da carne” e eram consideradas de “natureza pérfidas, frívolas, luxuriosas, impulsionadas para a fornicção”. Justamente por isso não poderiam nem mesmo expressar o desejo sexual. Ao contraírem matrimônio, seu corpo tornava-se posse do esposo, mas sua alma deveria permanecer na posse de Deus.

Apesar de serem consideradas fracas e justamente por isso, aos homens era permitido, como um direito de justiça inquestionável, castigá-las com punições

físicas, como a uma criança, um doméstico, um escravo, em nome da honra familiar.

Também nessa época existiram aquelas que tiveram experiências distintas e contraditórias, pois muitas, valendo-se da posição aristocrática, reproduziram as relações de poder dos homens maltratando os empregados no espaço doméstico. Porém outras, como Cristina de Pisan, utilizaram sua posição para lutarem pela igualdade dos sexos e escreverem para as mulheres, oferecendo recomendações e ensinamentos.

Nos castelos, as mulheres da alta nobreza ou mesmo da pequena nobreza rural, muitas vezes precisaram substituir o marido, ausentes pelas viagens, peregrinações e cruzadas. Enfrentaram dificuldades ao administrar suas posses, além da administração doméstica e demonstraram autoridade, frente à rebeldia dos vassallos e dos vizinhos ambiciosos. Essa tendência de a mulher ocupar lugar de destaque no mundo das decisões se dava porque os homens se ausentavam muito e morriam nos períodos de guerra. Em poucas palavras: “as mulheres eram jogadas para o domínio público quando havia escassez de homens e voltavam para o domínio privado quando os homens reassumiam o seu lugar na cultura”⁴.

Na área rural, as camponesas, além de dividirem com os maridos o labor interminável do campo, ainda serviam na casa do senhor, incumbidas da lavagem da roupa, do trabalho de fiação do linho e da tecelagem.

Existiram também aquelas que executavam os serviços domésticos, eram as criadas semilivres, oriundas das famílias pobres dos arredores e as escravas muçulmanas, gregas e eslavas traficadas.

As criadas semilivres eram agregadas às famílias e nem sempre recebiam salários. Algumas trabalhavam até quitar dívidas familiares.

As escravas eram presentes dados às senhoras ou burguesas como dotes por ocasião do casamento. Eram acompanhantes, cuidavam dos trabalhos domésticos e ocupavam-se com as crianças. Mulheres escravas, sob o domínio e exploração de mulheres livres, para o lucro dos mercadores homens.

⁴MURARO, R.M. Breve Introdução Histórica. Disponível em: www.dhnet.org.br/memória/feiticeira/introdução.html.

Havia ainda aquelas que ocuparam espaço fora das atividades domésticas, desempenhando grande papel na economia urbana medieval, como artesãs e negociantes.

As artesãs trabalharam, não só nas próprias oficinas da família, como na indústria de tecelagem. Os ofícios de fiação da seda, tecidos de lã ou chapéus, eram essencialmente executados por mulheres, que ainda tosavam, penteavam, cardavam e retiravam as irregularidades dos tecidos. Trabalharam ainda como bordadeiras, peleiras, luveiras e boteiras.

Na Alemanha, trabalharam em atividades pesadas e cansativas ligadas à metalurgia e à construção civil e em algumas ligadas à alimentação. Na França, eram cabeleireiras, barbeiras e boticárias.

Sendo assim, diferentes mulheres tiveram experiências distintas e transitaram por diferentes espaços ocupando posições variadas, na sociedade medieval. No entanto, até o final do período e ainda após este, juridicamente deveriam permanecer sob a custódia dos homens. No parágrafo 44 do *Livre roisin*⁵, está registrada “uma idéia da desconfiança das autoridades em relação ao valor do testemunho feminino”:

“No tribunal, a lei consente que o advogado de uma mulher, seja ela acusadora ou acusada, tenha a mão sobre seu punho no momento do juramento, porque a mulher, ao contrario do homem, é de pouca coragem e de vontade volúvel.” (Macedo, 2002, p. 46).

No período que vai do fim do século XIV até meados do século XVIII aconteceu o fenômeno generalizado em toda a Europa: a repressão sistemática do feminino. Quatro séculos de "caça às bruxas".

Segundo Muraro (2002), a estimativa é de que 85% das pessoas executadas por bruxaria eram mulheres.

Marilyn French apresenta alguns números para que se tenha idéia da dimensão desse verdadeiro holocausto contra as mulheres:

⁵ (...) compilação dos costumes jurídicos da cidade de Lille (França) registradas por escrito ao final do século XIII. (MACEDO, 2002, p. 46)

“O epicentro das execuções das bruxas foi o Santo Império (...), as execuções tiveram início na Áustria. O sudoeste da Alemanha e a Baviera foram responsáveis por mais de três mil e quinhentas execuções cada. Na Polônia, a segunda área mais afligida por este flagelo, grande número de ‘feiticeiras’ foi queimado entre 1675 e 1720, muito depois que a caça às bruxas havia terminado no resto da Europa. Em algumas cidades alemãs, seiscentas bruxas eram executadas em apenas um ano; na área de Wurtburg, novecentas num único ano; em Como (Itália), mil; em Toulouse (França), quatrocentas num único dia. Na diocese de Trier, 1585, *duas aldeias foram deixadas apenas com uma moradora mulher cada uma.* (...) Em Londres, um escocês confessou que ele sozinho havia sido responsável pela morte de 229 mulheres, por cada uma das quais havia recebido vinte e um *shillings*. (...) Estimativa do número de pessoas mortas na fogueira vai de pouco mais de cem mil a nove milhões. (Muraro, 2002, p.111)

Vemos assim que na mesma época em que o mundo entrava na Renascença, processa-se a perseguição às mulheres e ao prazer. Se nas culturas de coleta, as mulheres eram quase sagradas por poderem ser férteis e, portanto, eram as grandes estimuladoras da fecundidade da natureza, agora elas são as causadoras de todos os flagelos a essa mesma natureza.

2.2

A condição feminina na modernidade/renascimento

O renascimento caracterizou-se, por um momento de renovação da cultura e da moral clássicas. Na Europa, muitas mulheres se destacaram e poderíamos citá-las em várias atividades. Aquelas que se dedicaram à cultura, como, Catarina Cornaro, rainha de Chipre, Jerusalém e Armênia e na Itália, Vitória Colona, marquesa de Pescara e Verônica Gantaria. Na Espanha, Izabel, “a Católica”, foi grande estimuladora das viagens marítimas.

O período é caracterizado ainda por uma época de grandes conquistas no campo artístico e científico, das grandes navegações, das grandes viagens e descobrimentos marítimos, a centralização monárquica e o absolutismo, as guerras religiosas, a nova política econômica e principalmente a formação de potências modernas e a expansão colonial.

Dentro desse movimento de efervescência dos descobrimentos de novas terras, chegam ao Brasil, Cabral e sua comitiva.

É a partir desse período, que temos algum registro das mulheres na colônia e nossas antepassadas, apesar de subjugadas ao sistema patriarcal e a repressão da igreja Católica, que as viam como indivíduos submissos,

“(…) souberam estabelecer formas de sociabilidade e de solidariedade que funcionavam, em diversas situações, como uma rede de conexões capazes de reforçar seu poder individual ou de grupo, pessoal ou comunitário.” (Del Priore, 2003, p.)

Chegando ao Brasil colônia, os portugueses encontraram mulheres totalmente diferentes não só na aparência como nos hábitos das suas conterrâneas européias. O cotidiano das índias era marcado pelo cuidado com o corpo, com os filhos e a sobrevivência. Quando meninas viviam à sombra das mães e dividiam com estas os afazeres diários. Um pouco mais velhas, poderiam ser trocadas por gêneros e oferecidas pelos pais aos colonizadores. Casadas, acompanhavam os maridos carregando todos os utensílios para o preparo das provisões, nas longas jornadas. Trabalhavam até a hora de dar à luz. Fiavam algodão, faziam redes, vasilhames de barro, cuidavam da roça e das refeições.

Segundo relato deixado pelo Frei Yves d’Evreux, que descreveu o comportamento dos índios através do que ele chamou de “classes de idade”, citado por Romanelli (2002), cabia às índias mais velhas o preparo do banquete antropofágico (assar o corpo do inimigo), a o preparo do cauim e de todas as bebidas fermentadas.

Às índias, somaram-se as mulheres portuguesas. Algumas eram casadas com funcionários da coroa. Outras, de origem humilde, viviam da costura, comercializando o produto de suas lavouras, como fiandeiras, lavadeiras ou prostitutas. Algumas eram comerciantes e taberneiras.

Com a descoberta do ouro, nas Minas Gerais e em Goiás e a guerra contra os espanhóis, muitas viram seus maridos partirem e assumiram a responsabilidade de cuidar dos filhos e de toda a família.

Algumas fabricavam doces que eram vendidos pelas escravas.

Figueiredo (2002) ressalta que a presença feminina foi sempre destacada no pequeno comércio no Brasil colonial, principalmente o ambulante, onde se consumiam gêneros a varejo, produzidos na própria região. Considera que tal fato

se deve a duas referências culturais determinantes no Brasil. Primeiro, o fato de que nas sociedades africanas as mulheres tradicionalmente desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. Segundo, de influência portuguesa, transpondo para a colônia a divisão de papéis sexuais da metrópole, “onde a legislação amparava de maneira incisiva a participação feminina.” Outras, “mais poderosas, negociavam gado e escravos que iam buscar nas cidades litorâneas, montadas em lombo de burro escoltadas por subalternos” (Priore, 2003, p.16).

Embora vários autores, ao descreverem as mulheres do Brasil colonial, reconheçam o uso desmedido e silencioso da sexualidade, existia uma diferença entre as mesmas. Em geral as mulheres brancas eram enclausuradas, recatadas e guardiãs da honra do pai e do marido. As negras, divertimento do sinhozinho e deleite dos senhores de terra.

As africanas, embora reduzidas a objetos sexuais, trabalhavam com a foice e a enxada; semeavam, catavam ervas daninhas desde a infância, enfeixavam e moíam a cana, cozinhavam o melado, manufaturavam o açúcar, ocupavam-se das tarefas domésticas da casa-grande, lavavam, cozinhavam, além de cuidarem de seus maridos e filhos nas senzalas, onde ainda serviam de parteiras e benzedeiras.

Nos centros urbanos, as “negras do tabuleiro” vendiam doces, bolos, queijos, hortaliças, leite, agulhas, alfinetes, polvilho, prestando contas do dia de trabalho aos seus senhores. Alvo da preocupação das autoridades, pois levavam recados dos quilombolas, ajudavam a traficar ouro roubado e preveniam fugitivos e bandoleiros sobre a ação das tropas. Muitas se prostituíram, outras, através do comércio ambulante, economizaram e acumularam o suficiente para, de uma ou de outra maneira, acabarem comprando sua liberdade e no século XVIII, era grande o número daquelas que eram livres e alforriadas (Ibid, p.20).

Através de um discurso moralizador sobre o uso dos corpos e difusão da fé católica importada da metrópole, instaura-se na colônia, a idéia de normalizar a sexualidade dentro do casamento, incentivando-se a multiplicação das famílias, não só com o objetivo de povoar a nova terra como também de difundir a moral cristã. Cria-se um modelo ideal de mulher para atender a esses objetivos, o da

mulher recatada, sem ardores sexuais, submissa e principal propagadora do catolicismo junto aos filhos.

Tal modelo, porém, não correspondia à realidade do cotidiano de muitas mulheres, negras, mulatas e brancas empobrecidas, todas livres e, no entanto, escravas de suas precárias condições materiais de vida. Estas, levadas pela necessidade de sobrevivência, buscaram alternativas de superação das dificuldades e elaboraram regras e éticas próprias.

Algumas se prostituíram, acumulando outras atividades nos locais onde recebiam os “fregueses”, como a costura, lavagem de roupa etc. Outras viveram em concubinato e ligações transitórias e embora transgredindo a ordem estabelecida, garantiram um espaço para a realização da maternidade e da vida conjugal.

Podemos dizer que no Brasil colonial, encontrávamos mais de uma forma de organização familiar. No Nordeste, nas áreas rurais, encontravam-se as famílias extensas dos senhores de engenho, formadas pelos filhos legítimos ou de criação, parentes, afilhados, vizinhos, amigos, escravos, serviçais. É caracterizada pela autoridade paterna, a quem todos devem respeitar e submeter-se, principalmente a mulher. O homem é o chefe da família. A mulher estará restrita ao lar, aos cuidados com os filhos e devido aos partos numerosos e consecutivos, apresenta uma aparência precocemente envelhecida.

Nas camadas mais empobrecidas, onde predominava o concubinato e as ligações transitórias, haverá uma fusão dos grupos sociais e raciais. As famílias são formadas por um menor número de componentes e há um enfraquecimento da autoridade paterna.

No Nordeste, os papéis de homens e mulheres eram mais estratificados. Dependendo da condição social, as mulheres distinguiam-se em as “donas fulanas”; as “cunhas”, manteúdas do senhor de engenho, fazendeiro ou funcionário da coroa e por último as escravas. Estas últimas, apesar de reduzidas à condição de “coisa”, trouxeram grande contribuição para a cultura brasileira.

No Sul do Brasil, segundo Seixas (1998), são mais comuns as famílias nucleares, reduzidas a pai, mãe e alguns filhos. É comum os filhos, ao casarem,

passarem a ter sua própria residência e os filhos menores saírem de casa para aprenderem algum ofício. As mulheres auxiliavam o marido na manutenção de seu lugar social, e algumas delas, além disso, gerenciam os negócios e propriedades da família. Prevalece, no entanto, a autoridade do homem e a submissão da mulher.

Segundo Rocha-Coutinho (1994, p.75)

“O absolutismo do *pater familias* em nossa terra só começou a se dissolver à medida que outras instituições e figuras cresceram, com o interesse e o apoio da família real que aqui se instalou, deslocando o centro de poder, até então nas mãos dos senhores patriarcais, para estas figuras e instituições”.

2.3

A condição feminina na contemporaneidade

A partir do século XVIII, o status da mulher começa a mudar em função do desenvolvimento da sociedade. A Revolução Francesa rapidamente difundiu suas idéias liberais. Período de grandes transformações nos hábitos e costumes na Europa, e também nas relações humanas. Homens e mulheres assumem nova atitude tanto no convívio privado quanto no coletivo.

Em conseqüência dos novos acontecimentos que se apresentam ao mundo, muitas mulheres se destacaram e a partir desse momento irão participar de duros embates em vários países.

Na França, em 1791, Olympe de Gouges escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, paralelamente à *Declaração dos Direitos do Homem*, onde pede que sejam abolidos todos os privilégios masculinos. Por suas idéias avançadas, foi guilhotinada em 1793. Na Grã-Bretanha, em 1792, Mary Wollstonecraft escreve *A reivindicação dos Direitos da Mulher*, expondo e apresentando o início de uma tomada de consciência em relação à luta pelos direitos da mulher.

No Brasil, a vinda em 1808 da família real portuguesa trouxe grandes reformas administrativas, culturais e sócio-econômicas. Instalaram-se no Rio de Janeiro, indústrias, instituições de ensino superior, Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e um modo de vida europeu. Essas transformações

possibilitam uma mudança no comportamento das mulheres da classe superior urbana, que eram frequentemente vistas nos teatros, festas da família real e recepções. Apesar de sempre acompanhadas, deixaram para traz o “enclausuramento” doméstico.

A partir do final do século XIX e início do século XX, ocorrem novas transformações em relação à organização social. Identifica-se um número crescente de trabalhadores assalariados nas plantações de café e nas cidades, e aumenta a migração européia, como consequência da dissolução do trabalho escravo. Havia modificações na base produtiva e no crescimento demográfico. Emerge ainda, principalmente na capital, uma classe média, formada por profissionais médicos, advogados, militares, comerciantes e burocratas. Muitos desses profissionais liberais, filhos de senhores de terra, trouxeram das universidades européias onde se formaram as idéias iluministas que tentaram implantar no país, indo ao encontro do processo de modernização brasileira.

Segundo Rocha-Coutinho (1994, p.77), “Todas essas mudanças, que fortaleciam o poder do Estado, acarretaram um declínio da família patriarcal antiga, a instituição mais importante para a formação da sociedade brasileira”.

Fruto das transformações nas relações sociais do período surge simultaneamente, a família conjugal moderna, fundada na livre escolha do parceiro, e uma reformulação de papéis, estimulando novos modelos de comportamento masculino e feminino dentro e fora do casamento.

Importante ressaltar que tal processo não ocorreu de maneira uniforme em todo o país. Da mesma forma que ainda hoje encontramos na sociedade brasileira vários tipos de formação familiar, “desde a família semipatriarcal até a família conjugal moderna” (Saffioti, 1976), também podemos identificar comportamentos diversificados entre as mulheres da época e em diferentes regiões do país.

De maneira geral, a mulher de classe alta, apesar do acesso aos salões e às festas da corte, continuava exercendo a função procriadora, administrando o lar, e principalmente a responsabilidade pela transmissão dos primeiros valores e do “aperfeiçoamento moral” dos filhos. Junta-se a estas, a tarefa de organização de festas e reuniões, já que agora ela é também a incentivadora e a colaboradora do homem na conquista de êxitos.

Rocha-Coutinho (1994) destaca que, como responsáveis pelo sucesso do esposo, as mulheres desempenharam papel importante nas festas, nos salões políticos e sociais e nas idas ao teatro. “A habilidade e a demonstração dos dotes femininos, inclusive os físicos, nestes eventos, podia ter papel decisivo na elevação social do marido.”

As últimas décadas do século XIX, apontam para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade. Em decorrência do novo papel, as meninas ricas e casadoiras, que durante muito tempo tiveram sua escolarização atrasada em relação aos meninos, passam a receber, além dos conhecimentos inerentes a sua condição de “boa dona de casa” e “boa mãe”, aulas de piano, francês, canto e dança, de modo a proporcionar companhia mais atraente nas reuniões sociais.

Apesar dessa mudança na formação educacional, as meninas continuavam sendo tiradas da escola ainda muito jovens, já que o principal objetivo era o casamento. Segundo Rocha-Coutinho (1994), apenas no final do século XIX, começaram a surgir as primeiras escolas normais.

No sertão nordestino, onde predominavam as grandes fazendas de gado e de plantio de algodão, as mulheres das classes ricas, mesmo se tivessem certo grau de instrução, estavam restritas ao espaço privado e à vida doméstica. Diferentemente dos rapazes, que freqüentavam as escolas particulares e eram encaminhados para os grandes centros para concluírem o ensino médio, as meninas conheciam as primeiras letras dentro da própria casa através dos professores contratados para tal fim e não prosseguiram os estudos.

Segundo M.K.Falci, (2002) apenas 27.776 pessoas na província, de um total de 202.222 habitantes, eram alfabetizadas, e dessas pouco mais de 10 mil eram mulheres.

Apesar desses dados e exatamente por isso, não podemos deixar de destacar aquelas que fugiram à regra, numa demonstração da superação dos limites impostos pela sociedade da época. Entre estas citamos:

Dionísia Gonçalves Pinto, que assinava o pseudônimo Nísia Floresta Brasileira. Natural do interior do Rio Grande do Norte, educadora, escritora,

publicou vários livros entre eles *Conselho a minha filha*. Precursora das idéias de igualdade e independência da mulher, faleceu na França em 1885.

Maria Firmina dos Reis, escritora mulata maranhense. Professora pública e autora de contos e romances.

Luíza Amélia de Queiroz Brandão, poetisa, nasceu em 1838 no interior do Piauí. Foi a primeira mulher a ocupar a Academia Piauiense de Letras.

Entre as diferenças presentes nas mulheres da elite e nas mulheres da camada pobre, existia a relacionada com a família de origem. Enquanto aquelas eram na maioria das vezes provenientes de famílias radicadas na região há mais de 100 anos, a mulher pobre não saberia dizer quem eram seus ancestrais. Muito menos a mulher escrava, vinda com os colonizadores, e compradas por estes de algum mercador.

Em relação ao casamento, o das mulheres de elite era em geral um compromisso, um acordo entre famílias e com o objetivo de “orientar as filhas”. Eram realizadas festas, saraus e piqueniques, para propiciar o encontro e o futuro namoro entre os jovens, namoro esse cercado de regras e imposições sociais.

A mulher pobre também tinha o casamento como um valor. Embora não fosse um acordo entre famílias nem envolvesse dote, eram comuns as uniões e o namoro era iniciado nas festas populares, como os pagodes, festas do gado e festividades religiosas.

As mulheres das classes menos abastadas não freqüentavam os salões, e recaía sobre elas uma forte carga de pressão acerca do comportamento pessoal e familiar. O desejado é que esse comportamento correspondesse ao esperado pelas classes dominantes, ou seja, uma força de trabalho adequada e disciplinada.

Esse pensamento estava respaldado na ciência e na medicina social, que assegurava às mulheres qualidades como: fragilidade, recato, predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a vocação maternal. Já ao homem era atribuída a força física, natureza autoritária, empreendedora, racional, sexualidade sem freios. Tal pensamento justificava que se esperasse das representantes do sexo feminino atitudes de submissão e um comportamento que não maculasse sua honra.

Sendo assim, existia uma forte repressão àquelas cujo comportamento fugisse às normas próprias da “natureza feminina”, ou seja, que não seguisse as regras estabelecidas e na maioria das vezes, a violência estava presente.

O processo de urbanização provocou um movimento migratório para as capitais, próximo ao mercado de trabalho. Entre as famílias das classes populares, muitas eram chefiadas por mulheres sozinhas. Em sua maioria, as famílias pobres residiam em habitações coletivas, casas de cômodo ou cortiços.

Em relação ao Rio de Janeiro, capital da República, era importante acelerar o projeto de urbanização e a medicina e os interesses econômicos se uniram para a desativação dos cortiços, já que eram considerados focos de epidemia e infestações.

Com a derrubada de suas moradias, as mulheres, que exerciam seus afazeres no interior das mesmas, foram as grandes prejudicadas.

As mulheres das classes populares tinham um padrão específico de comportamento, ligado a sua condição concreta de existência. Trabalhavam para seu sustento e de sua prole. Transitavam com menos inibição nos espaços públicos, já que era nas praças e nos largos que costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir e onde “cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de solidariedade”.(Soihet, 2002 p.367).

Ainda decorrente do processo de modernização havia a preocupação em *afrancesar* a cidade e transformar a capital do país em metrópole com hábitos civilizados, similares ao modelo europeu e o propósito de afastar do centro da cidade as camadas populares com seus hábitos grosseiros e palavreado pouco recomendável. Tal fato aconteceu em meio à resistência dos membros das camadas populares, principalmente da parcela feminina.

Nesse contexto, muitas mulheres pobres sofriam forte repressão, ao transitarem pelas ruas, uma vez que: “Essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso, deviam sair à procura de possibilidades de sobrevivência.” (Ibid).

Vemos assim o quanto era diversificado os comportamentos das mulheres e o quanto estavam ligados à condição social das mesmas. No entanto, um fato era comum, a repressão que sofriam por parte dos representantes masculinos.

Importante é ressaltar o fato de que as relações entre os sexos e, conseqüentemente a posição da mulher na família e na sociedade em geral, constituem parte de um sistema de dominação mais amplo. Ao fazermos uma recapitulação da história da mulher na sociedade, vemos o quanto a sua condição social está ligada às transformações econômica e aos interesses políticos de uma classe dominante.

Assim, com a expansão capitalista e a conseqüente supervalorização das atividades produtivas, bem como com a valorização da pessoa pela sua capacidade de produção e o direcionamento do indivíduo a viver em função de garantir suas necessidades de sobrevivência e de sua família, são introduzidas alterações significativas nas relações sociais que se refletem nas relações familiares e conseqüentemente nos papéis de homens e mulheres.

Especialmente nas classes trabalhadoras, em relação aos papéis feminino e masculino, passa a ter mais peso aquele que mais contribui economicamente na renda familiar. Prevalece a figura masculina, pelo maior acesso ao mercado de trabalho, e pela maior valorização do seu salário.

Esse fato foi historicamente dando legitimidade à figura masculina enquanto provedor da família. No entanto, em período de crise, quando o homem passa a ter menor perspectiva de inserção no mercado de trabalho, a mulher passa a ter maior peso na produção de renda, ao inserir-se nas atividades não formais e não regulares, exatamente como aquelas nossas antepassadas fizeram, quando a mão de obra escrava foi substituída pelos imigrantes.

No Brasil, após a década de 30, o desenvolvimento do capitalismo gerou um tipo de sociedade urbana, principalmente nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, baseada na superconcentração de atividades produtivas, bem como naquelas que implicam na sua reprodução.

Devido a essas regiões concentrarem os indispensáveis fatores para a ampliação do modo de produção capitalista, como um mercado altamente

concentrado de capitais e um amplo mercado consumidor, concentrou também grandes aglomerados humanos formados pela força de trabalho necessária para o desenvolvimento desse modo de produção.

Tal fato levou à formação das principais áreas metropolitanas brasileiras, e ao surgimento de uma série de contradições sociais e políticas específicas que aparecem na forma de questões sociais como as vemos hoje: desemprego, miséria, falta de moradia, e principalmente a violência.

Desde a década de 40, e mais intensamente após meados dos anos 50, quando se inicia a expansão industrial, o aprofundamento da divisão social do trabalho no país, provocou a emergência de novas necessidades sociais e urbanas para a sobrevivência da população. Aumentou a demanda por uma infra-estrutura adequada de distribuição de água, iluminação, transporte eficiente, serviços de saúde, rede de esgoto e saneamento de maneira geral.

A modernização econômica ainda criou expectativas novas para a mão de obra, impondo uma necessidade de capacitação, qualificação e especialização gerando demandas para as instituições educacionais e que cada vez mais se intensificam quanto mais se acelera o avanço tecnológico. Tais expectativas elevaram também o nível de ansiedade do trabalhador, gerando novas enfermidades e novos hábitos.

A incorporação da mulher à força de trabalho gerou a necessidade da criação de infra-estrutura social de apoio à mulher e à criança como creches e escolas. Na falta dessas, criaram-se laços de solidariedade na vizinhança e a apropriação pelo Estado, legitimando através de programas oficiais, como “mães crecheiras”, “mães sociais”, essa forma de solidariedade espontânea desenvolvida principalmente nas favelas e bairros populares.

É importante lembrar que o modo de produção capitalista resulta simultaneamente da incorporação-superação dos modos de produção que historicamente o antecederam, trazendo em seu bojo as determinações e contradições destes. Assim o patriarcado, historicamente anterior ao advento do capitalismo, mas presente e atuante nas épocas progressivas de formação social econômica burguesa é consubstancial ao modo de produção capitalista que acirra as contradições atuantes em qualquer sociedade, centrada na propriedade privada

dos meios de produção. Porém o patriarcado não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira.

Posteriormente ao patriarcado, como consequência da dominação de um povo sobre o outro durante a guerra, surge o racismo.

O capitalismo surgiu posteriormente e com a fusão dos três sistemas (patriarcado-racismo-capitalismo) emerge um único sistema de dominação/exploração. Os três sistemas estão de tal forma imbricados que se torna impossível transformar um deles sem transformar os demais.

Já vimos que a mulher vem sendo submetida ao poder masculino há milênios e nos múltiplos aspectos da existência.

No Brasil, apesar de atualmente termos várias representantes femininas ocupando cargos políticos, tal participação é ainda muito recente, sendo mais comum esta participação se concentrar nas bases dos partidos, mesmo os de esquerda ou ainda, nos movimentos sociais que se colocam na esfera da reprodução, como clube de mães, luta por creches, associação de pais etc.

No campo econômico, a subalternidade da mulher encontra-se também presente no tipo de atividades profissional que exerce. Majoritariamente, estão presentes nos setores de serviços ou naquelas tidas como próprias da sua natureza, como professoras, enfermeiras, assistentes sociais, empregadas domésticas, secretárias, onde ela cuida, atende, serve, ensina. A esta demarcação de funções, corresponde uma desvalorização de tarefas e uma diferenciação de níveis salariais entre homens e mulheres. Vale ressaltar, que raramente a mulher ocupa alguma posição de mando e mesmo quando acontece, seu salário é sempre menor do que o do homem. Acrescentam-se ainda as dificuldades que se contrapõe à sua ascensão profissional, uma vez que continua exercendo suas atividades tradicionais na vida doméstica e a maior carga de responsabilidade com o cuidado dos filhos.

No seio da família, portanto, a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atividades. Mesmo quando a mulher trabalha fora, acumula a dupla e, às vezes, tripla jornada de trabalho. Dificilmente o homem se dispõe a dividir com a mulher as tarefas do cotidiano familiar. Embora tal fato venha se

modificando e existam alguns homens que já se propõem a essa divisão, os Anais da I Conferência de Políticas para as Mulheres (2004, p.212), revela:

“No Brasil, pesquisas recentes indicam que as mulheres permanecem respondendo, em média, por cerca de 30 horas semanais de trabalho doméstico, contra menos de 10 horas dos homens.”

Na sociedade em geral, a mulher é discriminada e explorada pelo empresário capitalista, obrigada a aceitar as posições de menor visibilidade e menor salário, mesmo quando demonstra capacidade e desempenha as mesmas tarefas executadas pelos homens.

Boaventura Santos (2003, p.301 – 314), nos diz que “as relações familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres”. O autor fala que apesar dessas discriminações não estarem presentes apenas no espaço-tempo doméstico⁶, já que as mulheres são discriminadas também nas relações de trabalho e nos outros espaços em que se relacionam, o patriarcado familiar é a matriz dessas discriminações, ainda que em articulação com outros fatores. Ainda segundo esse autor, é a ideologia do patriarcado que tende a influenciar a subordinação da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Esther Boserup, citada por Santos (2003), a transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna envolvendo a queda de status social das mulheres, o aumento do nível tecnológico da produção agrícola e da produção industrial, afetando negativamente a taxa de emprego tanto de homens com mulheres, as tarefas relacionadas com a subsistência que em toda parte são quase que exclusivamente de responsabilidade das mulheres são também responsáveis por uma tendência de distinguir entre as posições das mulheres.

Santos ressalta que apesar da validade desses argumentos, eles desconsideram as diferenças existentes no interior dos vários países, como também o fato de que nas duas últimas décadas, os processos de globalização da economia fizeram convergir em alguns aspectos a situação das mulheres operárias nos vários países do Norte e do Sul. Embora em países da Ásia, África e Médio

Oriente ainda exista um percentual de 70% de trabalhadoras na agricultura, em geral tem-se verificado uma feminização da força do trabalho assalariado, naqueles locais de concentração de investimentos multinacionais.⁷

Apesar desse aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho ou no dizer de Santos, no espaço-tempo da produção, é importante ressaltar a discriminação salarial de que continuam sendo vítimas e que a globalização da economia nada trouxe de mudanças.

Aliás, em relação à globalização da economia, devemos ressaltar ainda uma outra situação que caracteriza a exploração feminina, que é a prostituição e o turismo sexual, que atinge não só as mulheres como a sua prole, através da exploração sexual infantil, de que é cliente a classe executiva internacional.

Vemos então que as mudanças trazidas ou provocadas pelo fenômeno da globalização atingem diretamente as mulheres através da sua exploração direta ou da proletarização das famílias, com a queda dos rendimentos destas e o impacto negativo no espaço tempo-doméstico, sem falar no percentual das famílias chefiadas por mulheres, onde o impacto atinge maior intensidade.

No dizer de Teles (2002, p. 28)

“Discriminação é o ato de distinguir ou restringir que tem como efeito a anulação ou limitação do reconhecimento de direitos fundamentais no campo político, econômico, social ou em qualquer outro domínio da vida(...). É uma ação deliberada para excluir segmentos sociais do exercício de direitos humanos. É segregar, pôr à margem, pôr de lado, isolar. Pode ser entendido também como desconsideração e desrespeito”.

Nesse sentido, podemos dizer que a mulher tem sido discriminada durante o longo processo de desenvolvimento da humanidade, através da construção e

⁶ Segundo Boaventura Santos, distingui-se nas sociedades capitalistas quatro espaços estruturais: o espaço doméstico; o espaço da produção . o espaço da cidadania e o espaço mundial. (Santos, 2003, p. 125)

⁷ Em certos países, as mulheres chegam a atingir 80% a 90% da força de trabalho nas zonas e setores de exportação, acrescida ainda daquele desempenhado através das empresas subcontratadas. (Santos, 2003, p.304)

consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas, que objetivaram a sua submissão.

A história nos revela que essa discriminação tem sustentado e justificado atos violentos contra as mulheres não só através da força bruta. Gradativamente, foram introduzidos novos métodos e novas formas de dominação masculina como as leis, a religião, a filosofia, a cultura, a ciência e a política. Vários são os exemplos desses atos levados a extremos: venda e troca de mulheres, como se fossem mercadorias; mulheres escravizadas, violadas, vendidas à prostituição, assassinadas por ocasião da morte de seus senhores ou maridos ou a “mutilação genital feminina (amputação do clitóris), cuja prática deixou aleijadas 114 milhões de mulheres em todo o mundo.” (Ibid., p.29).

Durante séculos, a mulher foi obrigada a restringir sua vida às necessidades exclusivas da família e a submeter-se ao “*pater familias*, instituto jurídico estabelecido em Roma, que expressava o poder indiscutível de vida e morte do homem sobre todos os membros da família, da qual ele era a única pessoa plena de direitos, de acordo com a lei” (Teles, 2002, p.29).

Até bem pouco tempo no Brasil, antes do novo Código Civil Brasileiro ter sido sancionado e publicado, o homem ainda era considerado o chefe da sociedade conjugal.

Nas últimas décadas, as mulheres, através do movimento organizado, têm conseguido muitos avanços, provocando transformações em todo o mundo, alterando suas condições de vida, o imaginário social e o comportamento em sociedade. Buscando condições mais dignas, igualitárias e justas, desbravaram territórios antes exclusivamente masculinos, conquistando definitivamente espaços no mercado de trabalho e de participação política.

Tal atuação na vida pública tem trazido grande contribuição para a sociedade, influenciando a formulação e implementação de políticas mais justas no mundo do trabalho, na luta pelo acesso à saúde, educação e no combate à discriminação e à violência.

Na exposição que fizemos até aqui, vimos que muitos são os exemplos de mulheres que transgrediram as regras e as normas, em épocas e espaços

diferentes. Expuseram suas opiniões e enfrentaram desafios; fizeram “panelaço”; denunciaram injustiças em nome da coletividade ou ainda superaram seus próprios dramas de vida, a miséria, a fome, a doença, as perdas emocionais e pessoais. Hoje, se apresentam, como ontem, exemplos de mulheres que transformam seu cotidiano, que vão à luta em busca de melhores condições de vida para si e sua família, enfrentando a violência concreta e cotidiana das ruas, para chegarem aos seus locais de trabalho.

No entanto, as várias formas de violência ainda estão presentes, enquanto mecanismos de controle e de reprodução das desigualdades, constituindo-se em método para intimidar e subordinar as mulheres, mantendo o desequilíbrio de poder nas relações e marcando a dominação masculina. Para conviver com essa realidade, elas “fingem” não entender a “cantada” do chefe, ou do colega de trabalho, para garantir o emprego e ainda sufocam no peito o grito das suas dores, para não prejudicarem ou assustarem os filhos, quando maltratadas pelos seus maridos ou companheiros.